

MULHERES QUE FORAM À LUTA: RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA NA DITADURA CIVIL MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)¹

WOMEN WHO WERE FIGHTING: GENDER RELATIONS AND VIOLENCE IN THE BRAZILIAN MILITARY CIVIL DICTATORSHIP (1964-1985)

Clerismar Aparecido Longo²

Endereço: Universidade de Brasília, Instituto de Artes (IdA),
Campus Universitário Darcy Ribeiro - Prédio SG 01 - Sala AT 29/15 Asa
Norte, Brasília, DF.
E-mail: kalungascleris@gmail.com

Eloísa Pereira Barroso³

Endereço: Universidade de Brasília, Asa Norte, Brasília, DF.
E-mail: eloisabarroso@uol.com.br

Resumo: este artigo se propõe a discutir as experiências de mulheres militantes de esquerda que lutaram contra a ditadura civil militar brasileira de 1964. Baseado em relatos colhidos pela Comissão Nacional da verdade, o texto reflete, a partir de memórias e representações subtraídas dos depoimentos, como o gênero estruturou determinadas relações vivenciadas entre essas mulheres e os órgãos e agentes repressivos do Estado ditatorial.

Palavras-chave: Relações de gênero; Mulheres; Ditadura civil militar.

Abstract: this article proposes to discuss the experiences of militant leftist women who fought against the Brazilian military dictatorship of 1964. Based on reports collected by the National Commission on Truth, the text reflects, from memories and representations subtracted from oral testimonies, as the genre structured certain relations experienced between these women with the repressive organs and agents of the dictatorial State.

Keywords: Gender relations, Women; Military civilian dictatorship.

1 Este texto é resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa "Laboratório de Pesquisa em História e Historiografia do Brasil", do Departamento de História da Universidade de Brasília (HIS/UnB), registrado no CNPq.

2 Professor Pesquisador II, vinculado ao Instituto de Artes da Universidade de Brasília (IdA/UnB), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) e graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Foi pesquisador da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Tem experiência de pesquisa em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, ditadura civil militar, história das mulheres e relações de gênero

3 Professora Adjunta no Departamento de História da Universidade Federal de Brasília (HIS/UnB). É doutora e mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB) e graduada em Letras pela mesma Instituição. Foi diretora da Associação Brasileira de História Oral - Região Centro Oeste (2012 a 2016), atualmente é membro do Comitê Científico da ABHO e Diretora Regional da ANPUH/DF. É líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de História e Historiografia. Tem experiência na área de história, com ênfase em estudos sobre história oral, atuando principalmente nos seguintes temas: Literatura e história, ditadura civil militar e patrimônio cultural.

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2014, aumentou consideravelmente o interesse de acadêmicos e demais pesquisadores em estudar, pesquisar e publicar textos sobre a ditadura civil militar (1964-1985). Isso se deve um pouco à abertura dos arquivos da ditadura, aniversário dos 50 anos da instauração da ditadura civil militar no Brasil, ambos em 2014, como também devido às pesquisas que foram desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade, “instalada pela Presidenta Dilma Rousseff”⁴, durante o seu primeiro mandato.

O contexto acima mencionado fez florescer a necessidade não só de novas pesquisas, como também exigiu que os intelectuais que se debruçavam e se debruçam sobre essa temática repensassem os significados desse período, visto que, com a abertura dos arquivos da ditadura, novas fontes, até então inéditas, passaram a ser consultadas, o que possibilitou escavar outras realidades do regime ditatorial, de forma mais aprofundada, que tinham sido pouco investigadas. Diversos grupos sociais que vivenciaram esse período, e que quase não apareciam na historiografia, puderam ter visibilidade, dentre eles camponeses, indígenas, crianças, adolescentes, mulheres, homossexuais, dentre outros, que foram torturados física e psicologicamente, grande parte deles mortos, durante o regime.

O presente texto trata de um grupo pouco visível na historiografia sobre o regime ditatorial, as mulheres. Discutiremos, a partir de fragmentos de memórias, pelo viés da relações de gênero, como algumas mulheres experienciaram a realidade da ditadura militar, e como, em nossa contemporaneidade, representam e significam essa experiência. Abordaremos também a maneira como os significados de gênero estruturavam determinadas relações entre vítima e agressor, e entre este e a família da vítima, principalmente os companheiros com quem a vítima mantinha relações afetivo- amorosas. Trata-se de um tema que nos interpela e nos sensibiliza e que também requer coragem de quem pesquisa tal realidade tão brutal a qual muitas mulheres foram submetidas – a realidade da tortura psicológica, física e sexual, por meio da qual os militares inscreviam nos corpos e almas das mulheres sua mensagem de ódio a todos aqueles que lutavam contra a ditadura.

Trazer a temática sobre a atuação de mulheres na ditadura civil militar para o campo do conhecimento histórico é propor a ampliação da discussão sobre o regime de exceção. No Brasil, o governo ditatorial teve como justificativa primeira “livrar o país de uma comunização eminente”. Cabia às forças militares restituir a “ordem” e evitar que, no país, ascendesse a chama revolucionária dos movimentos de esquerda.

Nos primeiros anos do regime, logo se pode sentir que ocorreriam mudanças nos campos político, econômico, social e cultural. Atos institucionais foram expedidos pelo governo com o intuito de legitimar e legalizar o golpe. Nesse sistema de governo, as

4 SOUZA, André de; ALENCASTRO, Catarina. Dilma instala Comissão da Verdade e garante apoio. O Globo, Rio de Janeiro, 16 de maio de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/dilma-instala-comissao-da-verdade-garante-apoio-4912264>. Acesso em: 06 de set. de 2017.

alternativas democráticas foram banidas. Em 1968, o diálogo foi suprimido definitivamente por meio do Ato Institucional nº 5 - AI 5. Com este ato, foram suspensas todas as garantias individuais, bem como os direitos políticos. Construiu-se assim uma “legalidade de exceção”, uma legalidade que expunha o caráter autoritário e ditatorial do regime. O AI 5 tornou-se um dispositivo repressivo por excelência. Considerado pela historiografia o ato mais marcante de todos os atos, ele suspendeu todos os direitos políticos dos cidadãos e cidadãs, cassou mandatos parlamentares, colocou em recesso o Congresso Nacional, suspendeu o *habeas corpus*, concedeu poderes de exceção ao presidente e fortaleceu o aparato de repressão ao indivíduo. Em seu texto, foi construído um discurso de maneira a fazer com que os/as brasileiros/as internalizassem normas, valores e condutas que fizessem deles aliados da pátria na defesa da ordem instituída. No ideário do governo militar, as práticas repressivas tinham como alvo primeiro as/os “comunistas” consideradas/os “subversivas/os” à ordem.

Essa caça às/aos comunistas atingiu toda a sociedade que foi submetida a práticas rígidas de controle. A delação e a vigilância foram maneiras encontradas para dominar os corpos e as almas daquelas/es que se vinculavam aos opositores do regime, principalmente as militantes e os militantes envolvidos/as com movimentos de cunho político que questionavam o regime, a exploração de classe, o capitalismo. Enfim, a população brasileira experienciou um regime no qual estava submetida a um estado que lhe negava, na forma da lei, qualquer proteção legal, pois, a qualquer momento e em qualquer lugar, as pessoas podiam ser abordadas, interrogadas e presas por tempo indeterminado, sem necessariamente ser um/uma “comunista” com vínculos aos movimentos subversivos. Há vários registros de pessoas que passaram meses ou anos nos “porões” da ditadura, sem saber porque estavam ali cumprindo pena.

Diante desse quadro, o ideário de libertação dos movimentos de esquerda, presentes no movimento operário, no movimento estudantil e no campo intelectual e artístico encontrará dificuldades de existir frente à Lei de Segurança Nacional e aos aparelhos repressores do Estado. A política de perseguição, legitimada pelo AI 5, podia perseguir, prender, torturar e matar aquelas e aqueles que não contribuíam para o “engrandecimento da nação”. A partir de dezembro de 1968, o confronto se acirrou de tal maneira que não houve mais possibilidade de se debater ideias. As esquerdas, sem possibilidades de existir, tomou as ruas com a luta armada.⁵

Lutar contra as forças opressoras do Estado ditatorial tornou-se tarefa obrigatória para muitos, diante do quadro de acirramento da repressão. Os movimentos que almejavam a democracia, bem como o retorno das liberdades políticas e individuais, buscaram novas formas de existir, uma delas foi a resistência.

⁵ Sobre as reflexões referentes à ditadura militar, ver: NAPOLITANO, Marcos. 1964 – história do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2013; RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993; FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. – 2a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Apesar do uso extremado legal e legítimo da força e da violência pelo Estado, como medida de controle e dominação contra os grupos de oposição política, várias são as histórias de resistência dos que ousaram lutar contra o autoritarismo. Neste cenário de violações à dignidade e aos direitos, o regime autoritário criou novos sujeitos políticos, sujeitos que estavam engajados no processo da reconstrução social e política do país. Se de um lado havia ações concretas de resistência aos ideias do governo militar, por outro esses sujeitos experienciaram diferentes formas de organização de lutas e processos de resistências. Enredadas nessa trama, várias mulheres se colocaram à frente do campo de batalha pelo retorno da democracia. Muitas foram presas e torturadas.

No contexto do regime autoritário, as ações femininas na luta armada pode permitir ao/à historiador/a elucidar os impactos da ditadura sobre a sociedade. Além disso, perceber como nesse combate direto e indireto empreendido pelas mulheres ao poder coercitivo do Estado, legitimado pelo AI-5, pode apresentar fissuras do passado ainda não exploradas pela historiografia. Assim, o artigo em tela, a partir dos relatos de ex-presas políticas que vivenciaram o regime ditatorial, procura refletir as perdas e sofrimentos causadas pela repressão com os atos de tortura infligidos sobre seus corpos e suas almas, que ora fragilizaram as resistências das militantes no período, ora fortaleceram certezas de que a luta pela democracia era cada vez mais importante. No percurso de compreensão desses rastros da história revelados nas narrativas de algumas dessas mulheres, é possível perceber a coexistência de sentimentos de sofrimento, culpa e certezas de que seus ideias foram e ainda são importantes na construção das liberdades democráticas até os dias atuais.

As experiências dessas mulheres suscitam memórias tecidas a partir de silêncios e segredos que urdem as tramas de um passado reconstruído no tempo presente, mediante lembranças que fazem emergir fragmentos de histórias marcados por trajetórias constituídas no contexto de sofrimento extremo imputado aos corpos, por meio da dor física. Os relatos encenam um contexto pouco explorado nos documentos históricos, além de partilhar memórias que, além de revelar um passado vivido sob a ótica das subjetividades de mulheres, revelam fragmentos de como se constituiu o fato histórico da ditadura civil militar, cujos elementos se entrecruzam entre as memórias individuais e coletivas reverberadas nas falas das depoentes.

Essa articulação entre memória e história pode permitir ao historiador a compreensão das diferentes temporalidades pertinentes ao fato histórico, no que tange aos processos de construção e reconstrução das representações sociais sobre o tempo e o espaço, e como se atualizam e reatualizam as redes de discursos sobre os significados do passado.

Assim, é preciso conceber a memória não como uma cópia mimética do passado, mas como uma representação de uma experiência pretérita que marcou o sujeito

narrador, haja vista a memória ser seletiva⁶ e repleta de significações. Sendo assim, o sujeito guarda em sua memória aquilo que tem significado para ele, aquilo que, de alguma forma, o marcou na sua história de vida, na relação que estabeleceu/estabelece com a realidade. Nessa perspectiva, as narradoras, ao materializarem suas experiências nas narrativas, evocam lembranças que são transformadas em representações daquilo que um dia aconteceu. Essas representações se configuram como uma reconstrução do passado no presente, visto que o passado jamais poderá ser acessado na sua totalidade, pois a lembrança não é uma cópia do real, mas uma ressignificação dele a partir das categorias mentais das mulheres que rememoram um regime que exigia corpos dominados e obedientes. No universo simbólico das representações, a sutileza se constitui como estratégia recorrente na construção de um imaginário em que é possível apreender um protagonismo feminino, onde se constrói um papel social para a mulher, que salienta a presença feminina um tanto mais atuante do que normalmente se tem notícia nos processos de resistência à ditadura civil militar brasileira.

Para Roger Chartier⁷, um discurso não pode ser analisado como mero reflexo da realidade, pois ele nem sempre institui uma relação imediatamente visível com a realidade que tenta descrever, pois os discursos são sempre uma representação do real que estão inseridos em modelos discursivos e regras próprias de cada situação de enunciação. Nesse sentido, a perspectiva das representações para abordar as narrativas selecionadas das mulheres permite acessar a ditadura civil militar a partir de um campo cultural historicamente posicionado, no qual as experiências dos corpos femininos se colocam como um fragmento do real acessado por meio da memória.

Nessa perspectiva apontada por Chartier, torna-se importante pontuar o aspecto individual e coletivo da memória. Parte-se do pressuposto de que o ser humano constrói a sua realidade na relação que estabelece com outras pessoas, com grupos, comunidades, instituições, organizações, partidos, movimentos com os quais inscrevem sentidos sobre o mundo. Sendo assim, uma experiência é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Os narradores, ao evocarem suas lembranças, evocam o que foi significativo na experiência que construíram juntamente com outras pessoas, por meio da relação sensível que estabeleceram com elas. Nessa ordem de pensamento, não é objetivo da nossa pesquisa investigar se as lembranças das narradoras aqui selecionadas são verdadeiras ou falsas, mas analisar a forma como o passado é lembrado e ressignificado no presente. Nessa perspectiva, há de se considerar que o ato da lembrança é um ato em que é selada a relação entre passado e presente, visto que é no tempo presente das narradoras que as lembranças são evocadas e que a experiência pretérita é representada e ressignificada, de maneira que as identidades femininas assumem o protagonismo de contar suas próprias histórias, com seus atritos, pontos de contato e independências,

6 HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

7 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

numa rede de discurso própria, na qual as relações de poder são subvertidas, na medida em que é possível incluir vozes que, por muito tempo, estavam silenciadas no domínio das narrativas masculinas.

Dentro desse quadro, os depoimentos femininos⁸ se configuram como experiências que atribuem outros significados nas análises da questão da violência e seus desdobramentos no campo dos estudos de gênero, durante o período ditatorial. Essas memórias subterrâneas⁹ revelam histórias e dramas que ganham sentido em um tempo e espaço outrora marginalizado e excluído. As experiências lembradas pelas mulheres, de forma descontínua, trazem à tona conflitos entre as memórias emergentes e as memórias estabelecidas, pois as suas narrativas se enredam em tantas outras, formando uma teia de significados tecidas no campo das lembranças, cuja as representações se efetivam dentro de uma perspectiva que só o distanciamento no tempo produz.

Por esse viés, compreendemos os depoimentos orais como uma possível reconstrução de uma realidade a partir das representações de mulheres que vivenciaram a dor e o sofrimento produzidos pela ditadura civil militar.

As representações aqui reconstruídas sobre as experiências de mulheres que militaram contra o regime ditatorial, ao serem evocadas no ato dos depoimentos, trouxeram à tona marcas de uma memória cheia de feridas de difícil cura, pois retrata experiências traumáticas e desumanas às quais foram sujeitadas inúmeras mulheres que tiveram seus direitos humanos violados. Essas mulheres, ao exporem os rastros, os vestígios nas narrativas, trazem reminiscências de um passado que não passa: sonhos interrompidos; perdas de parentes, amigos, filhos, companheiras e companheiros militantes; violência simbólica, física, sexual e psicológica; estupros, abortos, assédios, fizeram parte da realidade de muitas mulheres que militaram contra a ditadura civil militar de 1964. O regime ditatorial trouxe muitas delas para um universo considerado de poder masculino, o universo da luta armada atravessado pelos estereótipos de gênero que estruturavam determinadas relações sociais, ora em contexto de guerrilha, ora dentro das prisões, quando submetidas a atos de tortura perpetrados pelas forças militares.

Muitas dessas militantes eram estudantes universitárias, cujos contatos com os ideais socialistas, comunistas, de esquerda aconteciam dentro do próprio ambiente universitário, motivadas por figuras emblemáticas como Che Guevara e determinados acontecimentos em nível internacional, a exemplo da Revolução Cubana. Maria Aparecida Costa¹⁰, natural de São Paulo/SP, conta um pouco da sua história de

8 Os depoimentos utilizados neste artigo foram colhidos por integrantes da Comissão Nacional da Verdade, na qual o primeiro autor deste texto atuou como pesquisador. Os depoimentos estão disponível para consulta em www.cnv.gov.br.

9 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

10 COSTA, Maria Aparecida. Tomada de testemunho. Depoimento de Maria Aparecida Costa. 31 de jul. de 2013. Brasília/DF: Comissão Nacional da Verdade. Testemunho colhido por integrantes da Comissão Nacional da Verdade, em São Paulo/SP.

militância, que começa com sua formação religiosa, onde apreendeu ideais de igualdade e justiça social, na perspectiva da Teologia da Libertação. Para ela, isso foi fundamental para entender a realidade e construir seu papel social na luta por um mundo melhor. Em 1964, na época do golpe político militar que depôs o presidente João Goulart, Maria Aparecida cursava graduação em Direito na Faculdade São Francisco/SP, local onde fez contatos com várias pessoas de esquerda que lutavam pela mesma perspectiva de sociedade. Com a instalação da ditadura civil militar, inicia-se o processo de repressão política e tortura a todos/as aqueles/as considerados/as “inimigos/as do Estado” – esquerdistas, comunistas, socialistas –, vistos/as como “desertores/as”; a liberdade de expressão é reprimida por meio da violência física e simbólica; os direitos humanos são violados. Grande parcela da população viu seu horizonte de expectativa¹¹ sendo destruído e suas subjetividades subtraídas.

Diante dessa realidade, a única saída, conforme aponta a narradora, foi a de se organizar através da luta armada, para combater o regime militar e a realidade da censura e da tortura que ali se implantara. Desse modo, começa a buscar outras pessoas com os mesmos ideais e filia-se à Ação Libertadora Nacional (ALN), em São Paulo/SP, onde militava e advogava; passou por treinamentos, aulas de tiros, e fez parte do Grupo Tático Armado (GTA). Nesse sentido, rompe com a concepção hegemônica de que o destino da mulher é a domesticidade e a maternidade, porém sofre inúmeros preconceitos por atuar e assumir uma posição diferente do papel que a cultura machista e patriarcal lhe reservou.

Para esta análise, partimos da célebre frase de Simone de Beauvoir¹², “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Da mesma forma, afirmamos que ninguém nasce homem, torna-se homem. O fato de uma pessoa nascer com um pênis ou uma vagina não determina que ela seja um homem ou uma mulher, mesmo porque o gênero não é determinado pelas diferenças físicas, mas construído por meio de pedagogias presentes nas instituições – família, Estado, Igreja, Escola –, nos meios midiáticos e nas práticas cotidianas, e, ao serem experienciadas pelos sujeitos, são construtoras de subjetividades – feminilidades e masculinidades –, controladas por uma rede de tecnologias sociais que atendem a uma leitura hegemonicamente sexista de mundo social. Segundo Diva do Couto Gontijo Muniz,

A cultura machista inscreve-se nessa lógica sexuada segundo a qual os lugares, papéis, atividades e posições das pessoas são definidas segundo seu sexo social, seu gênero, masculino ou feminino. Estabelece-se, sob tal visão de mundo, uma partilha desigual, ao se conferir ao masculino uma

11 Sobre a noção de horizonte de expectativa, ver: KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Marzari Dinardo Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.

12 BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Vol. II. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

posição de superioridade em relação ao feminino, fundamentada em argumentos biológicos, na tese da inferioridade estrutural do sexo feminino.¹³

Nesse sentido, homens e mulheres são educados/as, desde crianças, para a masculinidade e a feminilidade, de acordo com seu sexo social, associando a subjetividade de gênero a determinadas atividades, lugares e papéis a serem desempenhados no mundo. Geralmente, associa-se o mundo público, da política e da competitividade do trabalho assalariado, atividades e operações complexas que exigem maior inteligência, ao universo dos homens; enquanto que as mulheres são associadas à domesticidade, à maternidade, a objeto de satisfação do homem, a uma vida em função do outro, sendo assim desvalorizadas¹⁴. Já nascem em um mundo que esperam delas verdadeiras “donzelas” a desempenharem determinadas funções ligadas ao lar, ao cuidado do futuro esposo. Nesse sentido, Maria Aparecida, ao rememorar sua atuação de resistência à ditadura, encontra-se em um paradoxo, visto que a experiência que enfrentara é totalmente diferente daquela para a qual foi educada pela família, Igreja e Escola.

“Tem uma amiga minha que escreveu um livro que eu achei brilhante, ela coloca isso, que ela até conta a história dela, que é um pouco a minha, porque nós estudamos juntas em colégio de freiras, mil anos de freiras, como diz, moças assim, protegidas, com famílias também, que sempre protegeram, não é? De uma forma, então, nós estávamos talvez muito, até muito menos preparadas, porque éramos aquelas jovenczinhas que tínhamos sido educadas para sermos futuras mães, donas de casa, prendadas, bordávamos uma série de coisas.”¹⁵

Em sua narrativa, Maria Aparecida recusa a coerção das regras imputadas pelas instituições as quais estava subsumida. Ela não se submete ao destino traçado nos códigos de conduta aos quais, ao se nascer mulher, estaria predestinada. Os papéis de mãe, dona de casa, bordadeira e prendada, como algo pertinente ao universo feminino, revela uma compreensão do gênero como um discurso portador de essencialidade determinista a partir da genitália. Essa teia discursiva oculta o caráter cultural, histórico, social e étnico da construção da categoria gênero.

Ana Maria Gomes, de São Paulo/SP, outra militante política, passa também por situação similar em relação à sua educação na família, sendo preparada para o

13 MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In: STEVES, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene e PORTELA, Cristiane. Mulheres e violência: interseccionalidades. Brasília/DF: Technopolitik, 2017. p. 38.

14 Idem.

15 COSTA, Maria Aparecida. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 13.

casamento e à domesticidade, enquanto que seu irmão era incentivado a continuar os estudos.

“Então o meu irmão Osni, ele termina o curso primário e continua estudando, por ser homem. E eu, o que era dito para mim, pela minha mãe, principalmente, é que eu não precisava continuar estudando, que qualquer curso de datilografia era um curso que tinha comércio, que te preparava minimamente para trabalhar no escritório, era mais que suficiente, porque eu ia casar e depois eu não precisava trabalhar. O que é uma ilusão, porque mulher pobre ela nunca deixa o mercado de trabalho, seja formal, ou seja informal.”¹⁶

Mesmo diante dessa resistência perpassada pelo gênero, Ana Maria decide continuar os estudos e, simultaneamente a isso, trabalhava numa fábrica, desde os 14 anos de idade, pois era de família de baixa renda. Seus primeiros contatos com os ideais revolucionários de esquerda foi através de seu irmão Osni, entre 1966 e 1967. Sua visão de mundo mudou quando começou a ler os escritos de Karl Marx. Passou a entender o contexto de exploração de classe alimentada pelo capitalismo no qual estava inserida, tendo como horizonte de expectativa a transformação da sociedade. Quando de seu emprego na fábrica de lâmpadas Osran, começa a atuar no movimento operário e faz um trabalho de conscientização de viés marxista com as/os demais trabalhadoras/es da empresa (90% mulheres, exceto os cargos de chefia) na tentativa de sindicalização, conforme aponta abaixo:

“Daí, quais eram, assim, os dois pontos principais? A exploração. Eu me lembro assim que eu explicava bonitinho, porque eu nunca me lembro se era o trabalho, até hoje eu não lembro se era o trabalho assalariado, capital, o trabalho, o preço e o lucro, aquele que tem o esquema direitinho da mais-valia. E, nossa, assim, eu explicava bonitinho o preço da lâmpada, tal, não sei o que, e realmente chamava atenção, porque isso tinha me impactado. E a ditadura... Eram os dois pontos. E a ditadura, que não tinha liberdade na época ainda para nós, pessoal da minha idade, era ainda liberdade de expressão, o arrocho salarial, porque esse já era um momento importante do arrocho salarial. Então, eram essas as três questões que a gente trabalhava. Aí conseguimos algumas sindicalizações, levamos o Ibrahim lá para fazer uma fala, tal, mas era uma coisa ainda muito incipiente e também não sei até que ponto, não sei, é um trabalho a ser feito. Preconceito das mulheres, de estar frequentando sindicato, mulheres que frequentam sindicato, talvez

¹⁶ GOMES, Ana Maria. Tomada de testemunho. Depoimento de Ana Maria Gomes. 7 de mar. de 2014. Brasília/DF: Comissão Nacional da Verdade. Testemunho colhido por integrantes da Comissão Nacional da Verdade, em São Paulo/SP, 2014, p. 3.

não fosse uma coisa bem vista, não sei.”¹⁷

O trabalho de conscientização era feito em parceria com um grupo de intelectuais e demais estudantes universitário, maior parte do sexo masculino, que faziam o trabalho de formação política com os operários de várias fábricas. Ana Maria começou a fazer parte de uma rede de colaboração, em nível estadual, cujos/as muitos/as dos/as membros/as assumiam posições de lideranças dentro das fábricas onde trabalhavam. As greves estavam na pauta de discussão nas reuniões da comissão estadual, onde se decidiu, por exemplo, a adesão à greve de Osasco, de 1968. Na ocasião, vários sindicatos foram invadidos pelos órgãos repressores da ditadura, dentre eles o sindicato em que estava filiada Ana Maria. Esta e duas colegas militantes foram encaminhadas ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), onde ficaram o dia todo. No final do dia, são chamadas à sala do delegado para um “sermão”.

“Olha, vocês são moças jovens que, provavelmente, pretendem casar, constituir uma família, e fica muito mal moças como vocês estarem frequentando o sindicato, estarem metidas nesse tipo de coisa. Então, vocês vão para casa, tenham juízo e nunca mais se metam nessa.’ ‘Não, mas claro, nós estamos tocadas, queremos realmente casar, ter filhinhos, lindinhos, ficar em casa lavando prato, limpando o chão.’ Então, como é interessante para nós, assim, como você, isso vai aparecer na minha vida várias vezes. Como você se coloca na tua condição de mulher e você consegue resistir a partir dessa condição que a sociedade te dá.”¹⁸

O delegado deixa muito claro a condição de gênero de Ana Maria e suas colegas, uma condição na qual muitas mulheres foram e são sujeitadas. O discurso do delegado é perpassado por uma leitura sexista de mundo, ao enfatizar que aquele universo, do sindicalismo e da militância, não condizia com os papéis sociais destinados às mulheres – o casamento e a maternidade, por exemplo, como se isso fosse um destino natural de todas, e não uma escolha. Para contornar a situação, Ana Maria utiliza-se de uma performance¹⁹, uma estratégia, dizendo que sim, elas estavam arrependidas, que queriam casar, ter filhos e cuidar da casa, quando, na verdade, Ana, naquela época, havia feito a opção em sua vida de não ter filhos.

“Assim foi perfeito, nos enquadramos e pronto. E como ele também nos ameaçava com o perigo de não casar, com o perigo de não cumprir

17 GOMES, Ana Maria. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 5-6.

18 GOMES, Ana Maria. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 8.

19 Sobre performance, ver: BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

*aquilo que toda mulher sonha. Claro que eu não disse que eu era secundarista, não disse, porque isso já podia ser uma dica.*²⁰

A narradora relata que, à medida que a situação ficava mais crítica, com a liberdade de expressão tolhida, pessoas sendo investigadas e presas, torturas, perseguições políticas, o contexto exigia uma tomada de posição mais radical das/os militantes, momento que passa a fazer parte, junto com membros da família, da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), um grupo de luta armada brasileira de extrema esquerda que lutou contra o regime militar; migra para a VAR-Palmares, logo após a cisão entre esses dois grupos. Essa escolha se deu, conforme as próprias palavras da narradora, devido a sua própria origem e formação, pois a VAR-Palmares preocupava com um movimento de massas e dava importância ao trabalho de formação militante entre operárias/os, uma organização considerada de cunho mais intelectual; enquanto que a VPR tinha um foco mais guerrilheiro, com ações armadas.

Ana Maria foi presa em 1970 e levada para a Operação Bandeirante (OBAN), um centro de informação e investigação que atuava no combate às organizações de esquerda, depois encaminhada para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de repressão aos movimentos sociais e centro de tortura. Neste órgão, encontra um policial que acompanhou seu esposo, Roque, até a casa do casal, na época em que ele havia sido preso e torturado, ocasião em que ele falou do seu envolvimento e da esposa com os movimentos de esquerda. Até então, Ana Maria não sabia do envolvimento de Roque com os movimentos. Quando ela é interrogada por um dos policiais, assume, como uma estratégia, o papel de dona de casa, passiva, que não sabia o que estava acontecendo.

“Aí, bom, o cara que foi me interrogar, eu entrei também. Então, aí está, eu era a pobre da esposa que fazia quatro meses que tinha casado, que não sabia nada ali, eu estava desempregada, então eu estava a própria dona de casa. Eu podia brincar com esse papel. E, não, eu não sabia, que coisa terrível, ‘oh, não sei o quê, não sei o quê’, e me deixaram.”²¹

No DOPS, é colocada de frente com o mesmo policial que a interrogou em sua casa, conforme segue:

“E aí, ele disse assim: ‘Você lembra de mim?’ Eu falei: ‘Não.’ ‘Não está lembrando de mim?’ ‘Não, imagina, não lembro do senhor assim.’ Ele falou assim: ‘Fui eu que te interroguei quando o Roque foi preso.’ ‘Ah foi, não, não me lembrava e tal.’ (...) Ele disse assim: ‘Pois é, quando eu vi o

20 GOMES, Ana Maria. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 8.

21 GOMES, Ana Maria. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 13.

*teu nome lá, eu falei, eu pensei comigo, será que aquela menina me enganou? Ele me deu de bandeja qual era a minha saída, porque ele estava morrendo de medo de ter sido passado para trás por uma menina, mulher, uma menina. No fundo era isso, ele estava morrendo de medo. Eu não tive dúvidas, ele mandou eu sentar, claro que periodicamente ele dava uma olhada para os meus seios, e claro que eu fui arcando cada vez mais, e aí eu falei: 'Não, mas não, imagina, passar a perna no senhor, como? Enganar o senhor, não, de jeito nenhum.' Aí contei a minha história, porque a minha história começava ali. 'Não, foi isso, e de novo estou eu aqui sem saber direito.' Ele estava ciclicamente preparado para acreditar na história que eu contasse. Para me matar, provavelmente, se descobrisse que era mentira, que eu tinha passado... Imagina, imagina ser enganado! E, mas ele estava era querendo, digamos assim, no machismo dele. E aí, ele se divertiu o resto do interrogatório, do resto do tempo que eu passei ali em mostrar, porque eles queriam fundamentalmente o meu irmão, o DOPS queria o meu irmão.'*²²

Determinados contextos vivenciados por Ana Maria, durante a ditadura civil militar, principalmente quando interrogada pelos órgãos de repressão, exigia dela determinadas performances de gênero que conjugava com a leitura sexista de sociedade, como uma estratégia para preservar sua própria vida e a vida de outras pessoas. Desse modo, “brincava” um pouco com os papéis sociais que a cultura patriarcal e machista reservou às mulheres. Negava seu papel de militante e se posicionava como uma dona de casa, passiva, que não oferecia perigo nenhum à ordem repressiva do Estado. O policial que a interrogou, por meio de seu olhar, um olhar repressivo, quis mostrar e impor a condição de gênero de Ana Maria. Não por acaso, olha para seus seios, parte do corpo em que nossa cultura inscreveu os significados da maternidade. É inegável que o fato de muitas mulheres serem militantes de esquerda; atuar na formação marxista do povo, mostrando-se intelectualizada; desenvolver estratégias de militância, dentre outras atividades consideradas de poder masculino, incomodava os órgãos de repressão da ditadura civil militar, em dois sentidos: primeiro, porque independente de ser homem ou mulher a esquerdização da sociedade mostrava-se um perigo à ordem estabelecida da ditadura; segundo, porque as mulheres eram educadas, de acordo com o imaginário reinante na época, a desenvolver outros papéis sociais, papéis ligados à domesticidade, à maternidade. Ser dócil e passiva era algumas das características da feminilidade que hegemonicamente a sociedade esperava de uma mulher. O fato do policial se sentir enganado feria a sua masculinidade, mesmo porque as mulheres eram, e em muitos contextos ainda são, representadas como inferiores aos homens.

22 GOMES, Ana Maria. Tomada de testemunho. Op. cit., p., p. 23.

As representações estão subjacentes aos saberes construídos pelas teias discursivas às quais o sujeito se insere, com o intuito de mediatizar a relação instituída na percepção e construção da realidade, produzindo sentidos e sistemas de valores. Assim, para Patrick Charaudeau,

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência.²³

As representações dessas mulheres tecidas nos discursos aqui analisados possibilitou-nos depreender valores e normas culturais específicas do contexto da ditadura civil militar. Por meio da análise das representações reverberadas nas narrativas, tem-se a construção de significados do que era “ser” mulher, cujos referenciais, em determinados contextos – aqui referimo-nos às experiências de militantes na ditadura civil militar – orientaram a sociedade na percepção do que deveria ser o pertencimento ao gênero feminino. Ou seja, a categoria de gênero foi entendida como mera inscrição da cultura sobre um corpo já previamente sexuado com uma vagina. O fato de se ter uma vagina naturalizava os papéis sociais femininos, portanto os discursos produzidos sobre esse fator “natural”, em consonância com o imaginário machista da época, teve como desdobramento a determinação sobre os corpos de uma inscrição cultural²⁴, como a feita pelo policial ao interrogar Ana Maria.

O preconceito e ódio dos militares em relação às mulheres militantes de esquerda se mostravam ainda mais incisivos e evidentes nos momentos quando estavam presas, conforme pode ser observado na própria releitura de Maria Aparecida Costa, filiada à Ação Libertadora Nacional (ALN) – uma organização revolucionária de inspiração marxista-leninista que participou da luta armada contra a ditadura civil militar, fundada por Carlos Marighela, seu principal líder. As/Os integrantes da organização acreditavam que a única maneira de por fim à ordem vigente da ditadura era por meio da luta armada. Maria Aparecida foi presa em Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1969, quando foi abordada pelo desembargador Otávio Gonçalves, membro do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que curiosamente foi seu colega de faculdade. A narradora é levada para a Operação Bandeirante, onde é insultada por ser militante e por ser mulher.

23 CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. Tradução Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006, p. 47.

24 BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Op. cit., p. 191.

“(...) a questão de ser mulher, aí vocês estão falando da questão de gêneros, o simples fato, eu acho que você, você está no meio de homens, só homens, não? Só homens que têm sobre você um olhar, como diria? É um olhar que te...o fato de você ser mulher também, você percebe que é um, talvez uma raiva muito maior, eu não sei se pela questão de achar que uma mulher está fazendo isso, que uma moça está fazendo isso e é uma forma também, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Então, inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma vaca, é a boa-vinda, é a maneira como você é chamada (...) e eu acho que você se sente exposto, você é exposto, você, enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira, você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina, você está nu, você está à mercê disso tudo.”²⁵

Em 1970, é levada para o DOPS de São Paulo, onde passa por situações de violência sob o comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury. A lembrança da experiência reivindica a subjetividade no intuito de reparar a identidade de ser mulher, que no ato de tortura estão subsumidas as interpretações que fogem ao entendimento do gênero como uma categoria constituída histórica e culturalmente. No relato ele é um elemento natural dado, a condição de ser mulher é uma condição biológica na qual há uma essencialidade dada. Por negar essa essencialidade, Maria aparecida, uma mulher guerrilheira de esquerda, tem sua feminilidade desconsiderada e desqualificada por um padrão heteronormativo.

“Então, isto, por si, você estar à disposição de um mecanismo de repressão, de violência, que tem todo o poder sobre a sua, sobre a sua pessoa, sobre você, por si já é o começo da maior violência e isso é uma coisa, vamos dizer assim, você não estava simplesmente preso, você estava preso por um mecanismo nem institucional, institucional num primeiro momento em que foi decidido, em que a tortura era o meio a ser utilizado, não é isso? (...) Então, por si, a estrutura onde você entra é o terror institucionalizado do Estado, então eu acho que é importante, aonde estava o terror desde o começo, o que é realmente? Então, eu acho que isto é uma coisa, como ser humano, você está dentro de um mecanismo desses, você está absolutamente, como ser humano, à disposição do outro, então isto é uma das coisas, talvez, mais terríveis que a pessoa, que um ser humano se defronta, por um lado, você não está absolutamente à mercê. Isto já é uma coisa que, quando você se depara com isto, é uma realidade que, por si, já é violenta e você se defronta com a violência que se traduz, espancamento, choque elétrico, pau de arara, a cadeira do dragão, no meio das ameaças, no meio de você estar

25 COSTA, Maria Aparecida. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 7.

*despido. Então, por isso, eu digo, como ser humano, todos nós tivemos absolutamente e, eu acho que o peso é igual para todos nós, homens, mulheres e todos aqueles que passaram nas mãos deles, que viveram essa situação de vulnerabilidade absoluta, nas mãos de um terror institucionalizado, são a situação e cresce, essa questão, você tem tudo isso e você é obrigado a se despir, os homens também foram, mas talvez, para uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível, pela sua formação pela formação social, ideológica, você, por si, já é uma exposição, aumenta ainda mais a tua exposição”.*²⁶

Nas suas descrições do processo de tortura, Maria Aparecida revela que, ao se recusar a cumprir as expectativas sociais determinadas para as mulheres no que se refere ao seu papel de gênero, uma mulher “de família”, seguidora de padrões socioculturais pré-estabelecidos, ela sofre um processo de tortura em que a violência revela um caráter sexista que questiona as mulheres que ousaram invadir o mundo político, ao abandonar suas casas e se tornarem ativistas políticas. Talvez, por isso, esse abandono do “caminho correto de boas esposas, boas mães” infligiram aos seus corpos ações de tortura voltadas para lembrar e marcar seus corpos como corpos femininos.

Rosemary Nogueira, integrante da ALN, também relata sobre sua experiência na prisão no DOPS, em São Paulo, quando foi presa em 4 de novembro de 1969. Mostravam para ela fotos de várias pessoas da organização para identificação, na tentativa de prendê-los. Era gestante e teve o filho dentro da prisão.

*“Agora, eles brigavam, me xingavam. Eu era muito magrinha, ainda sou. E diziam: ‘Onde já se viu, acabou de parir e tem esse corpo? É porque ela é uma vaca terrorista.’ Entendeu? Olha, a coisa assim. E aí, começaram a me chamar de Miss Brasil, porque tinha uma vaca de verdade, leiteira, que ganhou um prêmio. (...) Um daqueles caras, chamado Tralli, trouxe o jornal que mostrava a vaca e rasgava o jornal assim e passava em mim. Outra coisa é que eles me tiravam a roupa. De todas, eu acho que não só de mim.”*²⁷

*“Então, eu fiquei muito deprimida quando... tinha uma escrivanhinha assim, eles me debruçavam, você fica nua com o bumbum para cima e tudo, e eles ficavam enfiando a mão, penetração eu não tive, mas era assim. E aí eu apanhei, porque ele me beliscou inteira, esse Tralli, ele era tarado, ele fazia assim quando me via... e porque eu tinha leite...”*²⁸

26 COSTA, Maria Aparecida. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 13.

27 NOGUEIRA, Rosemary. Tomada de testemunho. Depoimento de Rosemary Nogueira. 17 de set. de 2013. Brasília/DF: Comissão Nacional da Verdade. Testemunho colhido por integrantes da Comissão Nacional da Verdade, em São Paulo/SP, 2013, p. 28.

28 NOGUEIRA, Rosemary. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 29.

As lembranças e os esquecimentos de Rosemary mostram as marcas viscerais e invisíveis que sangram sua alma nas palavras que revelam as torturas sofridas. O depoimento dela rompe o silêncio das vítimas de abuso sexual de uma política autoritária que esteve presente no passado daquelas que foram torturadas. Os atos de tortura revelam que o exercício da violência sofrida pela narradora, no contexto abordado, deslegitima a identidade materna ao mesmo tempo em que apresenta um corpo desnudo do qual foi roubado a sua condição humana, momento em que ela foi identificada com uma “vaca leiteira premiada”.

Márcia Bassetto Paes, outra vítima de violência sexual, entrou no curso de História em 1976, na Universidade de São Paulo (USP), quando começa a ter conhecimento de grupos e partidos (PCdoB, Ação Popular, Juventude Universitária Católica – JUC, Liga Operária, Organização Socialista Internacionalista) que atuavam na clandestinidade, por serem proibidos pelo regime ditatorial. Inicia sua militância na Liga Operária, através do teatro de cunho crítico, fazendo apresentações nos bairros da cidade; ao considerar que a militância na fábrica como operária era mais compensadora, é empregada numa indústria metalúrgica, Alto Metal, quando começa a fazer parte dos sindicatos dos metalúrgicos, a participa reuniões e a fazer parte de alguns grupos de discussão, em que se questionavam o regime e almejavam a necessidade de mudança política e social; faziam panfletos e pregavam nas portas das fábricas defendendo as liberdades democráticas. Foi presa em 1977 e levada para o DOPS de São Paulo.

“Eles estacionaram na frente do DOPS, eu nunca esqueço, quando eu saí do camburão, a primeira coisa que eu vi foi a antiga rodoviária de São Paulo, que era um prédio horroroso, de plástico assim, e percebi que ali era o DOPS. E aí, num primeiro momento, a gente foi levado para um dos andares lá de cima e foram colhidos nossos nomes. A primeira pessoa foi o delegado Tácito Pinheiro Machado, que colheu formalmente os nomes e pedia endereço, quer dizer, tinha toda uma formalidade e, ainda nas salas lá de cima, começaram a chegar já um investigador ou outro, e começaram a dar soco, a dar pontapé, a bater na gente. Essas perguntas foram começando a ficar cada vez mais... O que a gente estava fazendo lá? Quem era? O que era aquele panfleto? Onde a gente trabalhava, enfim. E logo nessas primeiras horas de interrogatório, foi que um desses investigadores deu um telefone no Brambilla e estourou o tímpano, a gente não sabia, na hora a gente não sabia o que tinha acontecido, eu sei que... Bom, a partir daí, foram 10 dias de tortura ininterrupta. Nós fomos levados dessas salas lá do piso superior, para as salas lá de baixo, para a cela. Os quatro primeiros dias eu lembro de ter ficado sem dormir, basicamente, e sem comer. Eu perdi várias... Eu perdi a noção do tempo, em muitas horas eu não... Durante muitos dias, eu fiquei sem a noção do tempo. As torturas incluíam desde a cadeira do dragão, que vocês já devem ter ouvido falar, cadeira revestida de metal,

onde eram dados choques elétricos e jogavam água na gente para que os choques fossem maximizados, o pau de arara, também com choque elétrico. Na questão da mulher, a coisa ficava pior, porque... quer dizer, pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor. Mas eles, os choques eram... Existia uma necessidade, uma intenção da humilhação enquanto mulher, então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate nos mamilos. Então, era... As coisas que eles faziam. Muitas vezes eu fui torturada junto com o Celso Brambilla, porque a gente sustentou a questão de ser noivo. Então, eles usaram, obviamente, essa situação, este vínculo, suposto vínculo, além da militância, que seria um vínculo afetivo também, para a tortura. Então, muitas vezes eu fui amarrada com o rosto na genitália do Celso, e dado choque, enfim, com choque, fios amarrados em nós, para que levássemos choque no pau de arara, enfim. Tinham as sessões de afogamento, onde jogavam a cabeça da gente no latão de água, jogavam para simular afogamento e ainda na questão da mulher tem umas cenas também... essas cenas, eu não sei estabelecer uma sequência, entendeu? Eu não sei estabelecer uma sequência, e essas cenas, elas como eu disse, assim, fazem a reconstituição de alguns momentos, e até a verbalização disso. É um processo difícil. Eu lembro que uma das coisas mais humilhantes, além do choque na vagina, choque no ânus, no seio, eu fui colocada em cima de uma mesa e fui obrigada a dançar para alguns policiais nua, enquanto isso, eles me davam choque e se eu não me engano, o Celso foi obrigado, o Celso estava sendo torturado ao lado também, com choque elétrico, me vendo nessa situação. Uma das outras coisas que foi a ameaça da introdução de um pedaço de pau na vagina. Por isso que eu digo, assim, a questão da mulher, ela pega pesado, eu sei que também fizeram isso com homem, não na vagina, mas no ânus, eu sei que também... Depois eu soube. Mas, enfim, em um dos momentos... isso em uma sala lá em cima, não foi lá em baixo, nas salas de tortura, mas lá em cima, eu tive barata dentro da minha boca, e eu nua, na sala de cima, nua. E, depois, eu soube que alguns que presenciaram eram delegados, como o Singillo, o Alcides Singillo, que eles chamavam. Tinha um que eles chamavam de Pudim, um tal de Raul Ferreira, era chamado de Pudim. Enfim. Orlando Domingos Jerônimo, outro delegado que também fazia parte, o próprio Tácito Pinheiro Machado, eram os delegados que ficavam lá, que esses não desciam. Tinha um delegado que descia, o Sérgio Paranhos Fleury, ele descia muitas vezes para ver, e o Luís Walter Longo era outro que também, muitas vezes também, presenciou sessões de tortura. Uma outra coisa que, além da barata... eu, na minha ingenuidade, essa coisa da barata, eu achava que existia uma sofisticação na polícia, então, na minha cabeça, eu achava que essa barata era de mentira, entendeu? Foi uma maneira, na hora de eu suportar. Mas não era de mentira. A gente, enfim, a gente sentia o gosto depois. Mas umas das outras coisas era... foi a coisa da roleta russa. E a coisa da roleta russa foi no mesmo... já estava num período de tortura, assim, bastante aguçado, foi nesse mesmo momento, mesmo dia, mesma hora, não sei... do negócio de dançar na mesa. Eles punham uma bala no tambor da... e simulavam o

*tiro.*²⁹

Com a subjetividade subtraída por um ato de extrema violência em que o corpo foi usurpado, essa narrativa apresenta o limiar de uma experiência em que os atos de tortura atingem o limite da dignidade humana, no caso da nossa narradora a dignidade feminina. Márcia, ao relatar as torturas sexuais às quais foi submetida, reflete o estupro como uma prática do Estado. Mas para além de uma ação de desumanização do sujeito, a tortura sexual se configurou como uma forma de tentar dominar e domesticar o corpo feminino, conforme enfatizado no seu relato: *“Na questão da mulher, a coisa ficava pior, porque... quer dizer, pior, era pior para todo mundo, não tinha melhor. Mas eles, os choques eram... Existia uma necessidade, uma intenção da humilhação enquanto mulher, então, o choque na vagina, no ânus, nos mamilos, alicate nos mamilos”*³⁰.

O estupro sexual como forma de dominação do corpo feminino constituiu um campo no qual a feminilidade foi atravessada pela extrema violência. No relato, a tortura, por meio de choques nos órgãos genitais, introdução de pau na vagina, choque elétrico na genitália, alicate nos mamilos revelam o uso da violência sexual como arma e também como uma forma de castigar a ação de contravenção, ao não cumprir com os papéis de boas esposas, donas de casa para os quais a cultura sexista lhe reservou. Nos atos de tortura, há uma tentativa por parte do Estado de se estabelecer como o senhor do seu corpo, com plenos poderes de vida e morte. Isso fica explícito quando Márcia Bassetto Paes relata o episódio da roleta russa *“... Foi a coisa da roleta russa. E a coisa da roleta russa foi no mesmo... já estava num período de tortura, assim, bastante aguçado, foi nesse mesmo momento, mesmo dia, mesma hora, não sei... do negócio de dançar na mesa. Eles punham uma bala no tambor da... E simulavam o tiro.”*³¹

A partir dos diversos relatos colhidos pela Comissão Nacional da Verdade, é possível perceber que a violência sexual foi algo praticado indiscriminadamente nas instituições as quais as presas políticas eram recolhidas. Os registros dessa prática aparecem nos relatos das primeiras mulheres encarceradas, logo após 1964. O estupro, ao longo da ditadura, se configurou como instrumento de tortura e violação dos direitos humanos, como demonstram os relatos aqui apresentados.

Nas narrativas é possível perceber que as mulheres, mesmo nas suas reminiscências, espreitam o presente através das lembranças que irrompem, interpretando os fatos que marcaram suas vidas. Há uma vontade de rememorar. Nessa captura do presente, o passado é convocado na política das lembranças que tornam os rastros de memória uma narrativa que reconfigura suas interpretações sobre a

29 PAES, Márcia Bassetto. Tomada de testemunho. Depoimento de Márcia Bassetto Paes. 28 de ago. de 2014. Brasília/DF: Comissão Nacional da Verdade. Testemunho colhido por integrantes da Comissão Nacional da Verdade, em São Paulo/SP, 2014, p. 6-8.

30 PAES, Márcia Bassetto. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 7.

31 PAES, Márcia Bassetto. Tomada de testemunho. Op. cit., p. 8.

ditadura. Cabe salientar que o passado não é eliminado em suas falas, ao contrário é uma forma de concepção do social, na qual as interpretações permitem à história modos de reconstituição de um passado oposto às normalizações impostas pelo poder material ou simbólico na narrativa dessas mulheres.

É possível perceber que as mesmas não reconhecem os itinerários traçados para elas. Ao contrário, elas protagonizaram outras histórias, transgrediram e negociaram uma inovação cultural. Em suas palavras, observa-se nas dobras culturais a construção de outras identidades pautadas em sua inventividade “subalterna”, desses novos sujeitos da história. Um sujeito marginal que demanda à história uma narração de um novo passado que considere “princípios de rebeldia”³². Isso porque “o passado volta como quadro de costume em que se valorizam os detalhes, as originalidades, exceção à regra, as curiosidades que não se encontram mais no presente”³³.

Os atos de memórias se configuram como peça central para entender as condições de produção das experiências. Experiências estas que, por meio da narração, funda uma temporalidade outra que se atualiza e reatualiza nos modos de lembrar. Assim, as temporalidades não são necessariamente àquelas que correspondem aos seus acontecimentos, mas aos atos de rememoração.

As experiências dessas mulheres na ditadura não se separam de seus corpos, conservam vestígios, reconstituições de memórias. Esses fatos revividos, por meio das narrativas pela história, ao serem lembrados, permitem um passado presente das ações da ditadura brasileira sobre os corpos socialmente significados como femininos, os quais foram despídos de suas subjetividades de gênero e subsumidos a atos de violência física e moral. Nessa perspectiva, essas mulheres, nas suas atitudes de lembrar suas experiências, descortinam outras histórias, reconstroem identidades perdidas ou destruídas pelas violências do Estado repressor. Elas estabelecem uma esfera pública de direitos, justiça e reparação, em que suas memórias reconstroem significados que reivindicam a democracia e permitem ao historiador “olhar o passado com os olhos de quem o viveu, para poder ali captar o sofrimento e as ruínas”³⁴.

Os restos estabelecem um “teatro da memória” que foi desenhado antes e onde eles encontram um espaço que não depende só de reivindicações ideológicas, políticas ou identitárias, mas de uma cultura de época que influi tanto nas histórias acadêmicas como nas que circulam no mercado.³⁵

32 SARLO, Beatriz. *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 16.

33 SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Op. cit., p. 17.

34 SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Op. cit., p. 58.

35 SARLO, Beatriz. *Tempo passado*. Op. cit., p. 116.

Considerações finais

As memórias subterrâneas dessas mulheres articulam uma vontade de denunciar as afrontas praticadas pelo Estado. Suas lembranças demonstram como suas redes de sociabilidades, em que as zonas de silêncios e dos não ditos se deslocam temporalmente no tempo e no espaço e, na angústia, organiza o dizível. E no ato de dizer, promovem uma interação permanente entre a experiência vivida, sentida e interpretada. Assim, essas narrativas aqui expressas invadem o espaço público para contestar a invenção de papéis sociais a elas destinados e reivindicar uma identidade de gênero.

É possível perceber que nesse jogo de memória o que está em jogo é a identidade individual de cada uma delas. Nessa volta reflexiva do passado, as narradoras suscitam representações, quando de suas participações em organizações de esquerda, em que “desenquadraram” o suposto lugar que a cultura sexista destinou à mulher. Nesse sentido, reconstroem suas identidades e balizam uma outra história das relações de gênero. Nessa reconstrução de si mesmas, elas redefinem seu lugar social e as relações que estabeleceram tanto na luta, quanto na prisão.

Recebido em 10 de outubro de 2017.

Aprovado em 21 de dezembro de 2017.